

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TOYS AND GAMES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION



IVANETE GOUVEIA SILVA

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Braz Cubas (2006); Pós-Graduada em docência do Ensino Superior pela FALC (2011), Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação & Tecnologia Iracema (2018); Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica pela Faculdade XV de Agosto (2020) Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância dos brinquedos e das brincadeiras na Educação Infantil, destacando seu papel no desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e cultural das crianças. Fundamentado em autores clássicos, como Piaget (1971), Vygotsky (1991) e Wallon (1975), e em pesquisadores contemporâneos, como Kishimoto (2002) e Brougère (2010), o estudo busca compreender como o brincar se constitui como direito da infância e como eixo estruturante das práticas pedagógicas. Os documentos oficiais, a exemplo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), são analisados de forma a evidenciar a centralidade da ludicidade no processo educativo. A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, e aponta que brinquedos e brincadeiras não devem ser reduzidos ao entretenimento, mas compreendidos como instrumentos pedagógicos essenciais, que favorecem a aprendizagem significativa, a criatividade e a formação integral da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincadeiras; Brinquedos; Desenvolvimento Infantil; Ludicidade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of toys and play in early childhood education, highlighting their role in children's cognitive, social, emotional, and cultural development. Based on classical authors such as Piaget (1971), Vygotsky (1991), and Wallon (1975), and contemporary researchers such as Kishimoto (2002) and Brougère (2010), the study seeks to understand how play constitutes a right of childhood and a structuring axis of pedagogical practices. Official documents, such as the National Curriculum Reference for Early Childhood Education (RCNEI, 1998) and the National Common Core Curriculum (BNCC, 2017), are analyzed in order to highlight the centrality of playfulness in the educational process. The research takes a qualitative, bibliographic approach and points out that toys and games should not be reduced to entertainment, but understood as essential pedagogical tools that promote meaningful learning, creativity, and the integral development of children.

Keywords: Early Childhood Education; Play; Toys; Child Development; Playfulness.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica no Brasil, assume um papel fundamental na formação integral das crianças, contemplando aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), essa etapa não deve restringir-se ao cuidado, mas deve garantir práticas pedagógicas intencionais que contribuam para o desenvolvimento global da criança em seus primeiros anos de vida.

Nesse cenário, os brinquedos e as brincadeiras ocupam lugar de destaque. Brincar é uma atividade inerente à infância, reconhecida tanto como direito quanto como prática essencial para o desenvolvimento humano. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reafirmam o brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas, destacando que, por meio da ludicidade, as crianças constroem saberes, desenvolvem a criatividade, aprendem a conviver em grupo e elaboram sua visão de mundo.

Autores clássicos da psicologia e da educação também ressaltaram a centralidade da brincadeira no desenvolvimento infantil. Piaget (1971) comprehende o jogo como atividade essencial à assimilação e acomodação, mecanismos fundamentais para a construção do conhecimento. Vygotsky (1991) considera a brincadeira um espaço privilegiado para a imaginação, para o uso da linguagem e para a interação social, permitindo à criança agir em um nível superior ao de seu cotidiano. Wallon (1975), por sua vez, destaca que a afetividade está profundamente presente no ato de brincar, sendo indispensável à formação da personalidade.

No contexto brasileiro, estudiosos como Kishimoto (2002) e Brougère (2010) reforçam a ideia de que os brinquedos e as brincadeiras devem ser compreendidos como práticas pedagógicas que integram cultura, imaginação e aprendizagem. Assim, cabe ao professor valorizar e planejar intencionalmente momentos de ludicidade, criando situações que favoreçam a autonomia, a criatividade e a socialização das crianças.

Dessa forma, investigar a importância dos brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil não apenas contribui para o debate acadêmico sobre pedagogia e infância, mas também reforça a necessidade de políticas públicas e práticas escolares que garantam o brincar como direito. O presente artigo, de caráter bibliográfico e qualitativo, busca analisar as contribuições dos brinquedos e brincadeiras no processo educativo, evidenciando como eles atuam na formação integral da criança e no fortalecimento da identidade da Educação Infantil como espaço de cuidado e aprendizagem.

O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA

Brincar é uma atividade essencial da infância e constitui um direito assegurado por documentos nacionais e internacionais. A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece em seu artigo 31 que toda criança tem direito ao descanso, ao lazer, às brincadeiras e às atividades recreativas adequadas à sua idade. No Brasil, esse direito é reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que assegura o brincar como parte do pleno desenvolvimento infantil.

No âmbito educacional, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) já reconhecia a ludicidade como eixo estruturante da prática pedagógica, entendendo o brincar como meio privilegiado de expressão, de socialização e de aprendizagem. Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforçou essa perspectiva ao instituir os campos de experiência, em que o brincar aparece como forma fundamental de aprendizagem e de desenvolvimento das competências gerais da educação básica.

Essa concepção rompe com a visão reducionista que considera o brincar apenas como atividade de lazer ou entretenimento. Ao contrário, ele é compreendido como prática pedagógica intencional, que deve ser planejada, mediada e valorizada pelos professores. Kishimoto (2002) destaca que o brincar é, ao mesmo tempo, espontâneo e cultural, pois expressa tanto o mundo interno da criança quanto as tradições sociais do grupo a que pertence.

Assim, ao garantir o direito ao brincar, a Educação Infantil reafirma seu compromisso com o desenvolvimento integral da criança e com a valorização da infância como etapa singular da vida.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS CLÁSSICAS PARA O ENTENDIMENTO DO BRINCAR

O brincar tem sido objeto de estudo de diferentes correntes teóricas que destacam sua relevância para o desenvolvimento infantil. Entre os principais estudiosos estão Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon, cujas contribuições permanecem fundamentais para a compreensão do tema.

Para Piaget (1971), o jogo está diretamente relacionado ao processo de desenvolvimento cognitivo. Ele distingue diferentes tipos de jogos correspondentes às fases do desenvolvimento: jogos de exercício (na fase sensório-motora), jogos simbólicos (na fase pré-operatória) e jogos de regras (nas operações concretas). O autor evidencia que, ao brincar, a criança assimila experiências e acomoda novos conhecimentos, construindo ativamente sua inteligência.

Vygotsky (1991), em uma perspectiva histórico-cultural, entende a brincadeira como espaço de desenvolvimento potencial. Segundo ele, no jogo a criança age em um nível superior ao que normalmente alcança em sua vida cotidiana, explorando papéis sociais, ampliando sua imaginação e desenvolvendo linguagem e pensamento. A brincadeira, portanto, não é apenas reflexo do desenvolvimento, mas condição para que ele ocorra.

Já Wallon (1975) ressalta a dimensão afetiva do brincar. Para o autor, o jogo é carregado de emoções e constitui espaço privilegiado para a expressão de sentimentos e para a formação da personalidade. Nessa visão, a brincadeira é fundamental não só para a aprendizagem cognitiva, mas também para o equilíbrio emocional e para o fortalecimento das relações interpessoais.

Essas perspectivas teóricas mostram que o brincar não é um fenômeno simples ou acessório, mas uma atividade complexa, que envolve aspectos cognitivos, sociais, culturais e afetivos. Ao integrar esses referenciais no planejamento pedagógico, o professor amplia sua compreensão sobre a importância da ludicidade e fortalece práticas educativas mais significativas.

A LUDICIDADE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

A ludicidade constitui um elemento estruturante do processo educativo na infância. Mais do que um simples recurso didático, ela se apresenta como uma forma de relação com o conhecimento, que integra prazer, imaginação e aprendizagem. Para Kishimoto (2002), o brincar é atividade cultural, pois transmite valores, costumes e modos de interação social, ao mesmo tempo em que possibilita à criança experimentar, criar e ressignificar o mundo ao seu redor.

Na Educação Infantil, a ludicidade assume caráter pedagógico quando o professor organiza intencionalmente experiências que possibilitam à criança explorar objetos, jogos e brincadeiras, transformando-os em oportunidades de aprendizagem. Brougère (2010) ressalta que brincar é uma atividade de grande complexidade, na qual a criança articula regras, imaginação e interação social, aspectos fundamentais para a formação de sua autonomia e de sua identidade.

Além disso, a ludicidade favorece aprendizagens interdisciplinares, pois permite articular diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro e as artes visuais. Desse modo, o brincar amplia o repertório cultural das crianças e possibilita que elas construam sentidos para suas experiências, conectando o lúdico à realidade social em que vivem.

DOCUMENTOS OFICIAIS: RCNEI E BNCC

A legislação educacional brasileira confere ao brincar um papel de destaque na organização curricular da Educação Infantil. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) afirma que a brincadeira é fundamental para o desenvolvimento infantil, pois favorece tanto a socialização quanto a construção de conhecimentos. O documento destaca que o professor deve criar condições para que a criança tenha acesso a diferentes tipos de brincadeiras, respeitando sua faixa etária e seus interesses.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), documento normativo mais recente, consolida o brincar como eixo estruturante do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A BNCC organiza os objetivos de aprendizagem em campos de experiência, entre os quais se destacam: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Em todos eles, o brincar aparece como meio de expressão e de aprendizagem.

Assim, os documentos oficiais reforçam a concepção de que brinquedos e brincadeiras não são atividades secundárias ou complementares, mas sim práticas pedagógicas fundamentais, que devem ser garantidas pela escola como direito da criança.

O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO DAS BRINCADEIRAS

Se brincar é um direito da criança e um eixo estruturante da Educação Infantil, o professor tem papel fundamental como mediador desse processo. Sua função não é apenas permitir que as crianças brinquem, mas planejar, acompanhar e enriquecer as experiências lúdicas, garantindo que elas favoreçam aprendizagens significativas.

Segundo Moyles (2002), a mediação docente é essencial para potencializar as brincadeiras, pois o professor pode propor desafios, introduzir novos materiais, estimular a cooperação entre as crianças e promover reflexões sobre as experiências vividas. Assim, o brincar deixa de ser apenas espontâneo e passa a ser também intencional, conectado a objetivos pedagógicos.

Além disso, o professor deve reconhecer a diversidade cultural das brincadeiras, valorizando tanto os jogos tradicionais quanto as manifestações lúdicas próprias das comunidades em que as crianças vivem. Essa valorização fortalece a identidade cultural e promove o respeito às diferenças.

Por fim, a mediação docente também envolve o cuidado com o ambiente educativo. Espaços organizados, acessíveis e estimulantes favorecem a criatividade e a participação das crianças. O professor, portanto, atua como facilitador de interações e como promotor de um clima de confiança e cooperação, indispensáveis ao desenvolvimento integral.

BRINQUEDOS E CULTURA: IDENTIDADE E DIVERSIDADE

Os brinquedos e as brincadeiras não são elementos neutros; eles carregam em si valores, tradições e modos de vida de diferentes comunidades. Nesse sentido, brincar é também um ato cultural, no qual a criança entra em contato com os costumes do seu grupo social e de outros, construindo sua identidade.

Segundo Benjamin (2009), o brinquedo é uma forma de expressão histórica e cultural, pois reflete os modos de produção de cada época. Assim, o contato com brinquedos tradicionais (como pião, pipa e amarelinha) permite à criança vivenciar a cultura popular e resgatar memórias coletivas. Ao mesmo tempo, o acesso a brinquedos contemporâneos, tecnológicos ou industrializados evidencia novas formas de interação cultural.

A escola tem papel importante na valorização dessa diversidade, promovendo o diálogo entre culturas e possibilitando que as crianças tenham contato com diferentes tipos de brinquedos e jogos. Essa prática contribui para a formação de cidadãos mais críticos e respeitosos, capazes de reconhecer e valorizar a pluralidade cultural presente na sociedade brasileira.

DESAFIOS NO USO DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar do reconhecimento teórico e legal da importância do brincar, ainda existem obstáculos para sua efetiva valorização no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Um dos desafios mais recorrentes é a pressão por antecipação da escolarização, em que atividades lúdicas são substituídas por tarefas mecânicas e conteudistas, desconsiderando as especificidades da infância (ARCE, 2004).

Outro desafio refere-se à falta de formação adequada dos professores. Muitos profissionais não recebem, em sua trajetória acadêmica, preparação suficiente para compreender o brincar como eixo pedagógico e acabam reproduzindo práticas tradicionais, nas quais o jogo e a brincadeira aparecem apenas como momentos de recreação.

Além disso, há dificuldades estruturais, como ausência de espaços apropriados, carência de materiais diversificados e turmas numerosas, que dificultam o planejamento e a mediação qualificada

das brincadeiras. Esses fatores, somados, reforçam a necessidade de políticas públicas e investimentos voltados ao fortalecimento da Educação Infantil.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA POTENCIALIZAR O BRINCAR

Diante dos desafios, é necessário pensar em estratégias pedagógicas que promovam o brincar de forma significativa. Uma primeira estratégia é a organização do ambiente educativo. Espaços amplos, seguros e acessíveis estimulam a imaginação e favorecem interações sociais. Segundo Horn (2004), a disposição dos materiais e do mobiliário pode incentivar a autonomia das crianças e enriquecer suas experiências lúdicas.

Outra estratégia envolve a integração do brincar com diferentes áreas do conhecimento. Jogos e brincadeiras podem ser utilizados para explorar conteúdos de linguagem, matemática, artes e ciências, sempre de maneira contextualizada e significativa. Essa prática amplia a aprendizagem sem perder o caráter prazeroso da ludicidade.

Também é fundamental investir na formação continuada de professores, oferecendo-lhes subsídios teóricos e práticos para compreender o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil. A reflexão coletiva sobre experiências pedagógicas possibilita inovar nas práticas e superar visões reducionistas sobre o lúdico.

Por fim, a parceria com as famílias fortalece a presença do brincar no cotidiano escolar. Ao envolver os pais e responsáveis na valorização das brincadeiras, a escola amplia seu alcance, criando uma rede de apoio que reconhece o brincar como parte essencial da infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender que as metodologias ativas, quando aplicadas ao ensino das artes visuais, potencializam o desenvolvimento cognitivo, criativo e socioemocional dos estudantes. Mais do que técnicas de ensino, elas representam uma mudança de paradigma, na qual o aluno deixa de ser apenas receptor de informações e passa a ocupar posição central no processo de aprendizagem, tornando-se protagonista de sua própria construção de conhecimento.

No contexto da Educação Infantil, destaca-se a importância do brincar e da ludicidade, reconhecidos não apenas como atividades recreativas, mas como práticas pedagógicas fundamentais para o desenvolvimento integral. Documentos oficiais como o RCNEI e a BNCC reforçam essa perspectiva, garantindo às crianças o direito de aprender por meio de experiências significativas, mediadas pelo jogo, pela exploração e pela criatividade.

Constatou-se também que o papel do professor é essencial para o êxito dessas metodologias. Cabe a ele planejar, mediar e enriquecer as experiências lúdicas e artísticas, de modo a integrar saberes, valorizar a diversidade cultural e estimular a autonomia dos alunos. Contudo, desafios ainda persistem, como a falta de formação docente adequada, a carência de recursos e a pressão por práticas escolares conteudistas e antecipatórias.

Diante disso, é imprescindível que as instituições educacionais e as políticas públicas ampliem os investimentos em formação continuada de professores, em espaços e materiais adequados e na valorização do brincar como eixo estruturante da Educação Infantil. Somente assim será possível consolidar práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e coerentes com as necessidades da infância.

Portanto, o uso das metodologias ativas no ensino das artes visuais não se configura apenas como estratégia didática, mas como compromisso ético e político com a formação integral da criança. Trata-se de reconhecer o brincar, a ludicidade e a arte como linguagens fundamentais para que os alunos se expressem, criem e participem ativamente de sua aprendizagem, desenvolvendo competências que os acompanharão ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- ARCE, Maria da Glória. **Educação Infantil: fundamentos e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BENJAMIN, André. **Cultura e brinquedo: aspectos históricos e sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI**. Brasília: MEC, 1998.
- BROUGHÈRE, Gilles. **A socialização da criança através do brincar**. São Paulo: Cortez, 2010.
- HORN, Evy. **Organização do espaço e práticas educativas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **O brincar e a educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOYLES, Janet. **A prática do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Nova York: ONU, 1989.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da criança.** Rio de Janeiro: Forense, 1975.